



Bloco de Esquerda

## **Lista A**

### **Bloco, a força da alternativa**

#### **Lista candidata à Comissão Coordenadora**

#### **Distrital de Aveiro do Bloco de Esquerda - 2023**

##### **1 - O Governo a premiar a crise inflacionista**

1.1 - Nunca como no período entre a crise de 2008 e o início deste ano houve uma acumulação de capital tão grande, com crescimento da desigualdade social e com super-ricos com tanta riqueza e poder que iniciaram, literalmente, uma corrida espacial, enquanto a população geral tem mais dificuldades em suprir as suas necessidades básicas.

1.2 – Ao mesmo tempo que a inflação atingiu 10% em Portugal, o custo de vida foi bastante agravado e as grandes empresas, particularmente da área energética e da distribuição, têm os seus lucros multiplicados, acentuando a desigualdade. Os serviços públicos têm sido degradados e, em muitos casos, operam no limite do colapso, premiando estratégias de privatização, mormente na saúde, onde a gestão do PS não se diferencia de um qualquer liberal. Por exemplo, nunca se gastou tanto com exames contratados a privados, empresas prestadoras de serviços e internamentos em hospitais privados como em 2021.

1.3 - Perante a inflação desenfreada, o governo do Partido Socialista recusa aumentar salários, controlar os preços dos bens essenciais e - apenas após vários meses a rejeitar a medida - criou uma muito tímida taxa sobre lucros extraordinários que, no entanto, permitirá a continuação do abuso.

1.4 - O preço da habitação subiu para valores incompatíveis com os salários. Com a gigante acumulação de capital e o aumento da desigualdade, quem tinha capital disponível passou a colocá-lo em bens, nomeadamente na habitação, fazendo o seu preço disparar. Como Pedro Nuno Santos explica, "infelizmente Portugal tem uma grande procura do sector premium". Esse infelizmente é a política do governo PS.

1.5- Dentro do sistema capitalista, dependendo da década, aos trabalhadores tem sido dada a escolha de comprarem casas caras com taxas de juro baixas ou casas mais baratas com taxas de juro mais elevadas. Cabe à esquerda garantir o direito à habitação sem colocar os trabalhadores na dependência da banca, através de políticas e oferta pública.

1.6 - O Governo PS não foi apenas espectador deste fenómeno internacional, foi um agente promotor e intensificador do mesmo em Portugal mantendo o essencial da lei Cristas que liberalizou o mercado de habitação, criou os vistos gold e incentivos os nómadas digitais, e desregulou os usos, nomeadamente para alojamento local. De forma mais estrutural, o governo não intervém no mercado nem cria habitação pública, num país onde, ao contrário da média da UE, praticamente não existe resposta habitacional pública.

1.7 - Com a subida da inflação, os salários saem a perder e vão valer menos que em 2014. Este é o retrato da política do governo PS que desbarata melhorias que foram introduzidas ao longo dos últimos anos e perde uma década de valorização salarial.

1.8 - A política do governo PS tem estado alinhada com a crise na criação de desigualdade, de enormes acumulações de capital e na proteção de privilégios e dos privilegiados. Em muito se confunde com as políticas liberais do PSD e da IL.

1.9 - Por esse motivo tenta ensaiar a tática de Emmanuel Macron de criar uma falsa polarização com a extrema-direita: ou o PS ou a barbárie. Cabe à esquerda afirmar que em democracia há outras alternativas. Entretanto, devido à colonização do Estado pelo PS e pela sua natureza, a política tem sido

resumida à discussão de casos e não à sociedade que se quer construir. Cabe à esquerda certamente a denúncia destas práticas do PS, mas também afirmar os seus valores anticapitalistas na construção de uma sociedade mais igualitária e livre de opressões.

## **2 - O recuo eleitoral e os passos para o crescimento**

2.1 - O compromisso do Bloco é com a construção de uma sociedade justa e solidária, onde a riqueza é redistribuída e os trabalhadores não estão condenados à precariedade e à pobreza. Quando foram apresentados orçamentos que não respondiam minimamente à situação de pandemia, que apenas agravavam desigualdades existentes e não permitiam o reforço dos serviços públicos, o Bloco de Esquerda fez o que deveria ter feito: votou contra esses orçamentos e defendeu caminhos alternativos.

2.2 - O PS, apoiado pelo Presidente da República, decidiu aproveitar a rejeição de um orçamento anti-social para tentar a maioria absoluta, que veio a conseguir. Nessa manobra a esquerda parlamentar sofreu uma derrota significativa e o Bloco de Esquerda viu o seu grupo parlamentar reduzido a cinco deputadas e deputados. No distrito de Aveiro, depois de ter conseguido eleger dois deputados pela primeira vez em muitos anos, acabou por perder a sua representação parlamentar.

2.3 - As consequências das opções orçamentais do PS rejeitadas pelo Bloco são evidentes: Portugal foi dos países que menos gastou em saúde, em apoios sociais e em medidas económicas durante a pandemia. Resultado: a população em risco de pobreza ou exclusão social aumentou 12% face ao ano anterior, o que corresponde a mais 256 mil pessoas.

2.4 - A derrota nas legislativas não significa que deveríamos ter aceiteado um orçamento que agravou a pobreza e que deixou os serviços públicos à míngua. Quer dizer, isso sim, que a construção de uma sociedade alternativa não se faz com sociais-liberais que, tal e qual a direita, se recusam sempre a mexer nos privilégios dos patrões ou nos interesses instalados.

2.5 - O desafio que temos pela frente é grande, mas é para grandes desafios que o Bloco se formou. Temos, não só de reconquistar a representação parlamentar no distrito, mas também a urgência de transformar a atual realidade de perda de poder de compra, concentração de riqueza, especulação disfarçada de inflação e enormes dificuldades para aceder a direitos fundamentais, como a habitação, a saúde ou o trabalho digno.

2.6 - Temos, resultado das últimas eleições autárquicas, representação em seis municípios e capacidade de intervenção em muitos outros. Estas e estes eleitos e representantes do Bloco de Esquerda têm de ser, em cada local, aqueles que marcam a agenda política, que constroem alternativas e que mobilizam as populações em torno de propostas que rompem com o ramage dos partidos de sempre. O Bloco não se aliará a social-liberais nem a partidos de direita, será alternativa a eles. Não se aliará aos interesses desses partidos, colocará os interesses da população como prioridade.

2.7 - Também a nível distrital, o Bloco de Esquerda desenvolverá ações e propostas para combater a espiral de empobrecimento, desigualdade e precariedade que é hoje o programa político do PS, como foi no passado o do PSD/CDS e como a IL e o CH querem que seja no futuro.

2.8 - O Bloco de Esquerda é uma força anticapitalista que quer juntar as forças necessárias para a transformação da sociedade. Nesse sentido, não apoia executivos municipais ou de freguesia que integrem partidos de direita. De igual modo, não assina comunicados ou posições conjuntas com partidos de direita.

## **3. Um programa para o distrito de Aveiro**

3.1 - O preço da habitação não para de aumentar no país e no distrito de Aveiro, fazendo com que este direito passe a ser um privilégio. Ter uma casa para viver não pode ser um luxo. Os especuladores que querem fazer milhões com a habitação têm de ser parados. A habitação tem de ser acessível. Limitar

as rendas, aumentar a oferta pública e implementar programas de renda acessível são medidas urgentes pelas quais o Bloco se vai bater.

3.2. - Se é verdade que a especulação se faz sentir na habitação, não é menos verdade que também se faz sentir em bens essenciais, a começar pela alimentação. Enquanto o cabaz alimentar pesa mais no orçamento das famílias, as grandes superfícies rejubilam com o aumento dos seus lucros milionários. Só nos primeiros 9 meses de 2022 a dona do Pingo Doce aumentou os seus lucros em 30% e o Continente, em seis meses, viu os seus lucros disparar 89%. Não se trata de inflação, mas sim de especulação. E a especulação combate-se com tabelamento de preços e penalização de comportamentos especulativos.

3.3 - Os serviços públicos estão sob assalto. Há quem os queira debilitar, degradar e concessionar. O caos nas escolas não é culpa nem dos professores nem dos assistentes operacionais, mas sim do Governo PS que não investe na escola pública. O caos no SNS, com cada vez mais utentes sem médico de família, serviços a encerrar ou a reduzir horários e acessibilidade às populações; tudo isto é culpa de um Governo que pretende usar o orçamento do SNS para financiar cada vez mais os negócios privados da saúde. O Bloco não aceita medidas para a degradação dos serviços públicos. Rejeitamos debates cínicos e posições que apenas têm como objetivo retirar os serviços públicos às populações como está a acontecer atualmente em Ovar, com o debate sobre as duas novas Unidades Locais de Saúde que o Governo quer criar. É um jogo viciado onde a população de Ovar perde sempre. A nossa escolha é pelo reforço do SNS e não pela concentração e encerramento de serviços.

3.4 – O mantra da direita e do PS, depois da devida abstração da verbalização superficial que os distingue, é que só se pode distribuir o que se produz. Os trabalhadores produzem cada vez mais, mas recebem cada vez menos em proporção ao produzido e à riqueza criada. No distrito, setores como os do calçado, cortiça e metalúrgica estão totalmente absorvidos pelo salário mínimo e os relatos de precariedade ou abuso laboral são constantes. O Bloco, ante mais uma crise que põe em evidência a divisão entre trabalho e capital, com

este último a aproveitar e a engrandecer (sem qualquer freio ou contrapeso imposto pelo Governo PS), defenderá a imediata redução da jornada laboral, garantindo no máximo 35 horas semanais para todos trabalhadores e trabalhadoras, sem exceções. Exigirá, também, o aumento dos salários mínimo e médio e continuará a denúncia dos abusos laborais que persistem no distrito de Aveiro. Esta é uma reivindicação central da esquerda para a emancipação e autodeterminação da vida dos trabalhadores e para uma economia mais justa.

3.5. - Numa altura em que as alterações climáticas se fazem sentir mais do que nunca e em que as novas gerações exigem uma nova consciência ambiental, o sistema de transportes públicos no distrito de Aveiro continua obsoleto e desajustado face às necessidades das populações. Na linha do Vouga, o PS fez um simulacro de requalificação na altura de eleições legislativas, mas, na verdade, condenou-a ao isolamento. O Bloco exigirá a real requalificação da linha do Vouga, a ampliação da linha do Norte e a criação de respostas e medidas públicas articuladas de transporte rodoviário. Defenderemos ainda a criação de passe mensal de 9€ para todos os transportes.

3.6 – Para o Bloco, a resposta às alterações climáticas é essencial e é também uma expressão de como o atual sistema económico é incompatível com a vida das pessoas e do planeta. Tudo faremos também pela criação do Parque Natural da Região de Aveiro, de acordo com nossa proposta aprovada no Parlamento.

3.7 – Defendemos que os sistemas de abastecimento de água e de saneamento sejam exclusivamente públicos. Alguns concelhos do distrito têm dos tarifários mais caros do país e a privatização é responsável e agrava essa realidade.

3.8 – A ideologia como força motriz e definidora das decisões e da construção da realidade social. A tecnocracia e o bairrismo bacoco têm sido usados pelo centrão para promover nas autarquias a ilusão de que em democracia não há escolhas alternativas. No distrito, o resultado tem sido a erosão dos serviços públicos e a criação de um lamaçal em várias autarquias onde os interesses

imobiliários se sobrepõe ao interesse público. É preciso romper como o rotativismo do centrão, também nas autarquias. Tal só é possível com alianças e programas alternativos ancorados à esquerda e com esta visão tecnocrata ou bairrista.

3.9 – Assumimos a necessidade de reforçar o apoio e a articulação entre os eleitos do Bloco em órgãos autárquicos e todos os aderentes com o objetivo de tornar o trabalho do Bloco mais sólido e denso e de trazer mais gente para a construção de uma alternativa.

3.10 – Nas autarquias, o Bloco será a força que se baterá por todas estas medidas. Os representantes do Bloco combaterão a especulação na habitação, as medidas de concentração e de desinvestimento dos serviços públicos, a privatização de bens e serviços essenciais. Serão a força política que se baterá por melhores transportes e pelo reforço da ação social. Não esmoreceremos em trazer para o debate público a necessidade de uma alternativa anticapitalista ou na defesa de todos os direitos para toda a gente.

3.11 - Não só nos órgãos autárquicos, mas em todos os locais do distrito, o Bloco juntará forças para mobilizar populações e construir alternativas em torno de uma alternativa política. Ações de rua e de agitação, intervenções públicas, apoio a movimentos e denúncia de situações de exploração. Em todos esses momentos, estará o Bloco de Esquerda ao lado do povo. Pelos seus direitos.

#### **Lista candidata:**

##### candidat@s

- 1 - Moisés Ferreira
- 2 - Nelson Peralta
- 3 - Sónia Pinto
- 4 - João Moniz
- 5 - Rita Baptista
- 6 - Joaquim Dias
- 7 - Eva Braga
- 8 - Tiago Paiva
- 9 - Fernanda Lopes
- 10 - João Matos
- 11 - Ana Luzia
- 12 - Eduardo Couto
- 13 - Sara F. Costa

##### candidat@s suplentes

- 1 - Simão Magalhães
- 2 - Celme Tavares
- 3 - Renato Santiago
- 4 - Filipa Vieira
- 5 - Tomás Nery
- 6 - Cláudia Afonso
- 7 - Nuno Penas
- 8 - Virgínia Matos
- 9 - Filipe Silva
- 10 - Diana Moreira
- 11 - Luís Sá
- 12 - Renata Malta
- 13 - Paulo Oliveira
- 14 - Helena Oliveira

Mandatário e representante na MAE: Renato Santiago